

FORUM

das
seis

STU
Sintusp
Sinteps
Sintunesp
Adunicamp
Adusp-S.Sind.
Adunesp-S.Sind.

Assim como os 0,75%, a luta continua!

A vez e a hora da LDO/2007 é agora!

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) foi ocupada por centenas de representantes do Fórum das Seis e de outros setores do funcionalismo estadual na última audiência pública sobre o Orçamento Estadual 2007, ocorrida em 14/06. O mesmo ocorreu na manhã de 21/06 na audiência pública específica sobre o Financiamento da Educação Pública promovida pela Comissão de Finanças e Orçamento da Alesp. Na tarde desse mesmo dia ocorreu o Ato Público do Funcionalismo em defesa dos serviços públicos essenciais.

Durante a audiência do dia 21/6 foi enfatizada a necessidade de mais recursos para os serviços públicos correspondentes aos direitos sociais, particularmente a saúde e a educação, que estão submetidas a uma queda brutal de qualidade devido aos baixos salários, às péssimas condições de trabalho e à precariedade das instalações.

Nesses eventos, os representantes da educação, inclusive os aposentados, condenaram, mais uma vez, a falência da Educação Básica no Estado; a expansão irresponsável das unidades de ensino tecnológico do Centro Paula Souza, custeada pelos salários de seus docentes e funcionários; e a ameaça que o mesmo ocorra com as universidades estaduais, ainda num processo tímido de expansão. Foi ressaltado que isto tudo é fruto da precariedade de recursos orçamentários de um Estado que aplica apenas cerca de 3,5% de seu PIB na Educação Pública em todos os níveis, da educação infantil à pós-graduação.

Para começar a reversão dessa dramática situação é que o Fórum das Seis e as demais entidades educacionais estão defendendo:

- no mínimo 33% da receita total de impostos para a educação pública em geral;
- 11,6% do ICMS para as universidades públicas estaduais;
- 2,1% do ICMS para o Centro Paula Souza.

No que diz respeito ao financiamento específico das universidades estaduais foi destacado pelos representantes do Fórum das Seis que é vital, para a manutenção da capacidade instalada das universidades, um aumento real no *caput* do artigo 4º (que trata do percentual do ICMS) e de seu § 1º (que trata da Lei Kandir). Os 11,6% do ICMS permitiriam essa manutenção e uma expansão paulatina, garantida com aumentos frequentes de dotação orçamentária, como previsto no Plano Estadual de Educação – Proposta da Sociedade Paulista, que propõe que se chegue a 10% do PIB paulista em dez anos.

Também no dia 21/6 percorremos os gabinetes dos deputados entregando um documento, com assinatura de recebimento, em que se solicita a manifestação favorável ou contrária às reivindicações de aumento de recursos para a educação pública, até o dia 27/6. Essas respostas alimentarão o “poste” que será divulgado amplamente no período que antecederá as eleições deste ano.

Foram também mantidas conversações com os deputados do PFL Caldini Crespo e Edmir Chedid, respectivamente, presidente da Comissão de Finanças e Orçamento da Alesp e relator da LDO/2007. Na segunda-feira, 26/6, o Fórum das Seis terá um novo encontro com o Deputado Chedid para tratar do que ele incluirá no Artigo 4º a respeito de nossas reivindicações de acréscimos na dotação orçamentária para a Educação Pública.

Tudo isso indica que a vez e a hora da LDO/2007 será na próxima semana, porque mesmo que a votação da LDO no plenário da Alesp fique para julho ou para agosto, é necessária uma forte presença de funcionários, estudantes e docentes pressionando a votação de um relatório que garanta

aumento de recursos para a educação.

Reitores persistem: 0,75% de reajuste na data-base!

Na manhã de 5ª feira, 22/6, realizou-se nova rodada de negociação entre o Fórum das Seis e o Cruesp. No início da reunião, a coordenação do Fórum registrou o profundo descontentamento de professores e funcionários das universidades estaduais com o reajuste na data-base, insistindo, mais uma vez, que a proposta de 0,75% fosse substituída por uma de outra ordem de grandeza. Em seguida, todas as entidades do Fórum manifestaram a indignação de seus representados com o reajuste de 0,75%, juntamente com a cobrança de que o Cruesp atue de forma mais incisiva na defesa do aumento de verbas para a universidades estaduais. Foi criticada a timidez da manifestação dos vice-reitores da USP e da UNESP na audiência pública da Comissão de Finanças e Orçamento (Alesp, 21/6), sendo que a reitoria da Unicamp sequer se fez representar. Os vice-reitores se retiraram no meio da fala de representante de uma entidade do Fórum das Seis, antes do término da audiência e de ouvir a manifestação pública do relator da LDO, Deputado Edmir Chedid (PFL).

Os reitores alegaram que a impossibilidade de comparecer à audiência foi devido à reunião (ou aula, como disse um dos reitores) com o Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, onde discutiram vários temas, incluindo o desconto da Habitação. No entanto, nada de concreto acertaram sobre este assunto. Fomos informados, também, de que o Secretário da Fazenda é contra a vinculação de verbas (alguém se surpreende?) e que ele acha que a arrecadação do ICMS deve atingir o estimado (R\$ 40,216 bilhões, descontados os cerca de R\$ 700 milhões da Habitação), mas que existe o risco de não atingir este patamar. Como já argumentamos várias vezes, não há motivo concreto para este pessimismo, a menos que o Executivo já tenha decidido deixar correr solta a sonegação e a aprofundar a evasão fiscal consentida.

Aliás, as avaliações das contas do Tesouro do Estado divulgadas constantemente pela própria Secretaria da Fazenda apontam um cenário de alta e de evolução favorável do montante de recursos fiscais e tributários do governo. Além disso, não é propriamente o Secretário da Fazenda que irá sinalizar – a quem quer que seja – que os cofres públicos estão a salvo de catástrofes!

Persistentes em sua avaliação pessimista do ICMS, o Cruesp manteve a proposta de 0,75% na data-base.

O Fórum registrou também a gravidade do significado de o Cruesp apresentar a sua proposta de 10,0339% do ICMS, que representa apenas a soma dos atuais 9,57% com o custo das expansões, do novo campus de Limeira da Unicamp e das incorporações das Faculdades de Medicina de Marília e de São José do Rio Preto. É imperioso que defendam um reajuste real nos 9,57%, correspondente à capacidade instalada antes da expansão, que está sendo sacrificada, seja pelo arrocho de salários, seja pelo desconto da Habitação, seja pela falta de contribuição do governo para o pagamento dos aposentados e para o sustento dos hospitais universitários (HU).

É importante esclarecer a propaganda de que o Cruesp defende a passagem para 11,2% do ICMS. Este número é o resultado da soma dos 10,0339%, profundamente insuficientes, com o resultado de negociações de longa data com o Executivo no sentido de que este passe a financiar cerca de 30% das despesas dos HU da Unicamp e da Unesp – a USP retirou-se da Comissão que discutia esta questão – com a obtenção de compromisso do Executivo de contribuir para o pagamento dos aposentados. A nossa experiência histórica indica a enorme dificuldade de que tais negociações com o Executivo sejam frutíferas. O ofício enviado pelo Cruesp à Secretaria da Fazenda há mais de um ano, indagando sobre as bases legais do desconto da Habitação, jamais obteve resposta; e qual o resultado concreto da conversa do dia 21/6, mencionada anteriormente, acerca do mesmo assunto?

Quanto à próxima reunião com o Fórum das Seis, os reitores preferiam que fosse no início de agosto. O Fórum argumentou sobre a importância de que a próxima reunião fosse agendada o mais rápido possível, pois haviam questões importantes a ser debatidas. Os reitores acabaram concordando em realizar a próxima reunião nos dias 5, 6 ou 7 de julho, dependendo de sua agenda. Na pauta, além da questão salarial, estão o financiamento da permanência estudantil e os Hospitais Universitários.

Indicativos do Fórum das Seis :

Tendo em vista a necessidade de centrar toda a força do movimento na defesa das nossas reivindicações, em particular de pressionar os deputados a aumentar as verbas para a Educação Pública na LDO, o Fórum das Seis deliberou em suas reuniões de 21/6 e 22/6 enviar às Assembléias de base as seguintes propostas:

1. Indicativo ou manutenção de greve, com assembléias até dia 30/6;
2. Participação nas atividades da próxima semana, com ênfase especial na presença massiva de professores, estudantes e funcionários na Alesp no dia 29/6;
3. Próxima reunião do Fórum das Seis será na Alesp, no dia 28/6, após a visita ao Colégio de Líderes.

Calendário de Atividades do Fórum das Seis:

26/6, 2ª feira, 14h, reunião com o relator da LDO, Deputado Edmir Chedid, na Liderança do PFL na Alesp;

28/6, 4ª feira, 11h, visita do Fórum das Seis ao Colégio de Líderes da Alesp; Logo após, reunião do Fórum das Seis na Alesp, para avaliação e planejamento do movimento;

29/6, 5ª feira, 14h, provável votação do Relatório da LDO-2007 na Comissão de Finanças e Orçamento na Alesp, **com presença massiva do movimento;**

5, 6 ou 7/7 – reunião entre o Fórum das Seis e o Cruesp; data definitiva depende da agenda dos reitores

7/7, 6ª feira, 10:30h, audiência do Fórum das Seis com o Procurador Geral do Estado para entrega de representação contra o desconto indevido da Habitação antes do repasse do ICMS para as universidades;

10/7 – reunião técnica com o Cruesp.

São Paulo/SP, 23 de junho de 2006
Coordenação do Fórum das Seis